

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2006
ANEXO DE METAS FISCAIS
(Art. 4º, da Lei Complementar Nº 101, de 2000)

As metas fiscais estabelecidas para o triênio 2006/2008 orientam-se pela manutenção do equilíbrio fiscal e por medidas de natureza estrutural e institucional, introduzidas no âmbito da administração pública estadual, visando a obtenção de resultados fiscais que assegurem a realização dos investimentos públicos, a oferta de serviços de qualidade, de forma eqüitativa com inclusão social, e a atração de empreendimentos privados, de acordo com as diretrizes da política de desenvolvimento para o Ceará.

O Anexo de Metas Fiscais abrange os órgãos da Administração Direta, dos Poderes e entidades da Administração Indireta, constituídas pelas autarquias, fundações e fundos especiais, empresas públicas e sociedades de economia mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

As projeções fiscal foram feitas com base em um modelo de consistência econômica desenvolvido pelo IPECE/SEPLAN. Este modelo possibilitou a simulação de cenários macroeconômicos e suas implicações na gestão fiscal do governo.

Os resultados apresentados no presente documento são frutos da análise de um cenário conservador, isto é, um cenário que não é dito otimista (apresentando amplo crescimento da atividade econômica e grande baixa na inflação, por exemplo) e tampouco é dito pessimista (apresentando drástica queda da atividade econômica e grande alta na inflação, por exemplo).

Dessa forma, as projeções sugerem que, em 2006, a receita não-financeira (receita total menos receitas de operações de crédito interna e externa, receita patrimonial e alienação de bens) deverá alcançar R\$ 7.315,4 milhões, correspondendo a 21,8% do PIB, estimado preliminarmente pelo IPECE/SEPLAN em R\$ 30.719,0 milhões.

Por outro lado, a despesa não-financeira (despesa total menos juros e amortização da dívida) atingirá R\$ 7.043,40 milhões, equivalendo a 21,0% do PIB. Como resultado, a meta de superávit primário estimada para 2006 é de R\$ 272,0 milhões, que corresponde a cerca de 0,8% do PIB estadual. Para os anos 2007 e 2008, as metas propostas, observada a manutenção da política fiscal vigente, foram fixadas, respectivamente, em 1,0% e 1,1% do PIB.

A dívida consolidada deverá atingir R\$ 4.506,4 milhões em 2006, correspondendo a 13,4% do PIB cearense. Para os anos seguintes, as projeções indicam um comportamento declinante para a relação dívida/PIB, devendo alcançar 12,7%, em 2007, caindo para 12,5%, em 2008. Esses resultados traduzem a preocupação do Governo do Estado na manutenção do equilíbrio fiscal e na austeridade da administração pública.

Como dito antes, o conjunto de hipóteses utilizado para fundamentar as estimativas das variáveis macroeconômicas reflete um cenário econômico conservador, pontuado pela continuidade de crescimento econômico, caracterizado pela convergência gradativa da expansão do PIB para o potencial produtivo das economias brasileira, e cearense e inflação controlada.

Dentro desse quadro, projetou-se um crescimento para o PIB nacional com taxas de 3,5% ao ano no triênio 2006/2008. Para o mesmo período, a expectativa de crescimento da economia cearense também é de 3,5% ao ano, seguindo a trajetória nacional. A inflação medida pelo IPCA do IBGE foi projetada para 5,5%, em 2006, 5,0%, em 2007, e 4,5%, em 2008. Ademais, considerou-se também um esforço de arrecadação do fisco estadual, com as receitas próprias elevando-se em 1,0% ao ano, além de acompanhar o movimento macroeconômico.

Variáveis Macroeconômicas Projetadas para o Período de 2006 a 2008 (Em %)

Variáveis	2006	2007	2008
Crescimento real do PIB estadual	3,5	3,5	3,5
Crescimento real do PIB nacional	3,5	3,5	3,5
Inflação IPCA-IBGE	5,5	5,0	4,5
Esforço de Arrecadação	1,0	1,0	1,0

Fontes: IPECE/SEPLAN, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Banco Central.

A metodologia para projeção dos principais agregados das receitas leva em consideração, basicamente, os indicadores macroeconômicos do PIB nacional e estadual (valor monetário e taxas de crescimento), a inflação doméstica e o esforço de arrecadação. Para as receitas decorrentes da participação do Estado na arrecadação da União, seguem as previsões do Governo Federal.

No que respeita às despesas, a estratégia que orienta a ação do governo continua sendo a da austeridade na administração dos gastos públicos, especialmente para a redução dos dispêndios na área-meio (administrativa) e os gastos com pessoal, observados os limites legais, procedimento que também deverá contribuir para a obtenção das metas fiscais propostas.

O Anexo de Metas Fiscais, em cumprimento ao preceito da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, é composto pelos seguintes demonstrativos:

DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2006

LRF, art. 4º, parágrafo 1º

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2006			2007			2008		
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB
Receita Total	7.915.556	7.502.897	23,6%	8.585.694	7.787.478	23,6%	9.177.462	7.965.769	24,3%
Receitas Não-Financeiras (I)	7.315.443	6.934.069	21,8%	7.938.444	7.200.402	21,8%	8.529.049	7.402.966	22,6%
Despesa Total	7.812.968	7.405.657	23,3%	8.378.512	7.599.557	23,0%	8.958.902	7.776.065	23,7%
Despesas Não-Financeiras (II)	7.043.443	6.676.249	21,0%	7.569.941	6.866.160	20,8%	8.118.284	7.046.434	21,5%
Resultado Primário (I-II)	272.000	257.820	0,8%	368.503	334.243	1,0%	410.765	356.532	1,1%
Resultado Nominal	71.475	67.749	0,2%	59.178	53.676	0,2%	66.252	57.505	0,2%
Dívida Pública Consolidada	4.506.393	4.271.463	13,4%	4.613.823	4.184.873	12,7%	4.701.205	4.080.509	12,5%
Dívida Consolidada Líquida	4.450.393	4.218.382	13,3%	4.509.571	4.090.314	12,4%	4.575.823	3.971.681	12,1%

FONTE: IPECE/SEPLAN

DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2006

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso I

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2004 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2004 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	7.047.515	25,2%	5.779.367	20,6%	(1.268.149)	-18,0%
Receitas Não-Financeiras (I)	6.202.400	22,2%	5.517.150	19,7%	(685.250)	-11,0%
Despesa Total	6.987.705	25,0%	5.813.705	20,8%	(1.174.000)	-16,8%
Despesas Não-Financeiras (II)	5.835.200	20,8%	5.154.343	18,4%	(680.857)	-11,7%
Resultado Primário (I-II)	367.200	1,3%	362.807	1,3%	(4.393)	-1,2%
Resultado Nominal	37.500	0,1%	(236.958)	-0,8%	(274.458)	-731,9%
Dívida Pública Consolidada	5.007.900	17,9%	4.320.919	15,4%	(686.981)	-13,7%
Dívida Consolidada Líquida	4.907.900	17,5%	4.276.527	15,3%	(631.373)	-12,9%

FONTE:

- Metas Previstas e Metas Realizadas: LDO e Balanço Geral do Estado

Nota: As Metas Fiscais da LDO 2004 foram fixadas com base no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Ceará, período 2004 - 2006. A metodologia aplicada pela STN no programa não inclui os órgãos e entidades da Administração Indireta.

DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS
2006

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso II

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2003	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
Receita Total	5.325.152	5.779.367	8,5%	6.590.000	14,0%	7.915.556	20,1%	8.585.694	8,5%	9.177.462	6,9%
Receitas Não-Financeiras (I)	5.013.220	5.517.150	10,1%	6.017.000	9,1%	7.315.443	21,6%	7.938.444	8,5%	8.529.049	7,4%
Despesa Total	5.520.422	5.813.705	5,3%	6.529.000	12,3%	7.812.968	19,7%	8.378.512	7,2%	8.958.902	6,9%
Despesas Não-Financeiras (II)	4.833.055	5.154.343	6,6%	5.777.000	12,1%	7.043.443	21,9%	7.569.941	7,5%	8.118.284	7,2%
Resultado Primário (I-II)	180.165	362.807	101,4%	240.000	-33,8%	272.000	13,3%	368.503	35,5%	410.765	11,5%
Resultado Nominal	(29.704)	(236.958)	697,7%	102.392	-143,2%	71.475	-30,2%	59.178	-17,2%	66.252	12,0%
Dívida Pública Consolidada	4.448.874	4.320.919	-2,9%	4.418.919	2,3%	4.506.393	2,0%	4.613.823	2,4%	4.701.205	1,9%
Dívida Consolidada Líquida	4.513.485	4.276.527	-5,3%	4.378.919	2,4%	4.450.393	1,6%	4.509.571	1,3%	4.575.823	1,5%

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso II

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2003	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
Receita Total	6.073.656	6.126.129	0,9%	6.590.000	7,6%	7.502.897	13,9%	7.714.011	2,8%	7.928.017	2,8%
Receitas Não-Financeiras (I)	5.717.878	5.848.179	2,3%	6.017.000	2,9%	6.934.069	15,2%	7.132.474	2,9%	7.367.880	3,3%
Despesa Total	6.296.373	6.162.527	-2,1%	6.529.000	5,9%	7.405.657	13,4%	7.527.863	1,7%	7.739.212	2,8%
Despesas Não-Financeiras (II)	5.512.389	5.463.603	-0,9%	5.777.000	5,7%	6.676.249	15,6%	6.801.385	1,9%	7.013.038	3,1%
Resultado Primário (I-II)	205.489	384.576	87,2%	240.000	-37,6%	257.820	7,4%	331.090	28,4%	354.842	7,2%
Resultado Nominal	(33.880)	(251.176)	641,4%	102.392	-140,8%	67.749	-33,8%	53.170	-21,5%	57.232	7,6%
Dívida Pública Consolidada	5.074.208	4.580.174	-9,7%	4.418.919	-3,5%	4.271.463	-3,3%	4.145.393	-3,0%	4.061.170	-2,0%
Dívida Consolidada Líquida	5.147.901	4.533.119	-11,9%	4.378.919	-3,4%	4.218.382	-3,7%	4.051.726	-4,0%	3.952.858	-2,4%

FONTE: Balanço Geral do Estado e IPECE/SEPLAN

Nota: As Metas Fiscais das LDO's de 2003 a 2005 foram fixadas com base no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Ceará.

A metodologia aplicada pela STN no programa não inclui os órgãos e entidades da Administração Indireta.

A partir de 2006, a metodologia segue a orientação da portaria nº 471, de 31/08/2004 da STN.

DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2006

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso III

R\$ milhares

RECEITAS REALIZADAS	2004	%	2003	%	2002	%
Patrimônio / Capital		0%		0%		0%
Reservas		0%		0%		0%
Resultado Acumulado	753.413,7	100%	(96.765,5)	100%	(1.083.553,7)	100,0%
TOTAL	753.413,7	100%	(96.765,5)	100%	(1.083.553,7)	100,0%

FONTE: SEFAZ - Balanço Geral do Estado

R\$ milhares

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2004	%	2003	%	2002	%
Patrimônio / Capital		0%	-	0%	-	0%
Reservas		0%	-	0%	-	0%
Resultado Acumulado	(361.345,00)	100%	29.148,6	100%	(3.465,1)	100,0%
TOTAL	(361.345,00)	100%	29.148,6	100%	(3.465,1)	100,0%

FONTE: SEFAZ - Balanço Geral do Estado

DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2006

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso III R\$ milhares

RECEITAS REALIZADAS	2004	2003	2002
RECEITA DE CAPITAL	737,2	1.103,1	607,6
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	737,2	1.103,1	607,6
Alienação de Bens Móveis	737,2	1.103,1	607,6
Alienação de Bens Imóveis		-	-
TOTAL (I)	737,2	1.103,1	607,6

DESPESAS REALIZADAS	2004	2003	2002
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	737,2	1.103,1	607,6
Investimentos	737,2	1.103,1	607,6
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL (II)	737,2	1.103,1	607,6
SALDO FINANCEIRO (III)=(I)-(II)	-	-	-

FONTE: Balanço Geral do Estado

DEMONSTRATIVO VI - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2006

LRF, art. 4º, inciso IV, alínea a

R\$ milhares

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2004	2003	2002
RECEITA CORRENTES	172.583,3	131.101,7	125.665,5
Receita de Contribuições	172.039,4	130.797,9	125.039,0
Pessoal Civil	144.575,9	106.009,3	102.303,2
Pessoal Militar	24.364,0	21.719,1	18.808,0
Outras Contribuições Previdenciárias	27,5	-	-
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	3.071,9	3.069,6	3.927,7
Receita Patrimonial	543,9	303,8	626,5
Outras Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS	270.025,8	286.596,4	206.430,2
Contribuição Patronal do Exercício	270.025,8	286.596,4	206.430,2
Pessoal Civil	229.360,0	243.162,6	172.971,3
Pessoal Militar	40.665,9	43.433,8	33.458,9
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT	324.216,8	321.863,0	290.298,7
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	766.825,9	739.561,2	622.394,4
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2004	2003	2002
ADMINISTRAÇÃO GERAL	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	796.335,9	706.948,4	594.628,5
Pessoal Civil	648.745,8	562.763,4	486.154,9
Pessoal Militar	147.590,1	144.185,0	108.473,6
Outras Despesas Correntes	-	-	-
Compensação Prev. De Aposentados RPPS e RGPS	-	-	-
Compensação Prev. De Pensões entre RPPS e RGPS	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	796.335,9	706.948,4	594.628,5
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	(29.509,9)	32.612,7	27.766,0
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO RPPS	-	-	-

FONTES: Balanço Geral do Estado

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2006

Lrf, art 4º, §2º, inciso IV alínea a

R\$ milhares

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID. (b)	DESPESAS PREVID (c)	RESULTADO PREVID. (d)=(a+b-c)	REPASSE RECEBIDO P/COBRATURA DE DÉFICIT RPPS (e)
2004	270.026	172.556	766798	(324.216)	324.216
2005	317.946	189.998	853.989	(346.044)	346.044
2006	349.744	213.443	926.191	(363.004)	363.004
2007	398.267	237.399	1.018.002	(382.336)	382.336
2008	453.521	264.045	1.118.914	(401.348)	401.348

DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

A renúncia fiscal tal como definida na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

O governo do Estado do Ceará não programou para o período 2006-2008, a concessão de benefícios tributários, não devendo ocorrer previsão de renúncia de receita tributária, haja vista que deverão permanecer os mesmos benefícios tributários existentes em exercícios anteriores, tratando-se de mera continuação dos benefícios já existentes, não comprometendo as metas fiscais estabelecidas pelo Estado, uma vez que os mesmos já estão expurgados da receita estimada, por conseguinte, não existe fontes adicionais de aumento de receita para compensar essa finalidade.

É importante ressaltar que o governo do Estado possui programa de atração de investimentos para o setor industrial, instituído através do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, que concede dilação de prazo do pagamento do ICMS, não se constituindo renúncia de receita por tratar-se de empreendimentos novos.

DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2006

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso V	R\$ milhares
EVENTO	Valor Previsto - 2006
Aumento Permanente da Receita	-
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEF	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	-
Redução Permanente da Despesa (II)	44.200,0
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	44.200,0
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Impacto de Novas DOCC	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	44.200,0

Fonte: SEPLAN/SECON

Notas:

1 - Não existe previsão de aumento permanente de receita pela elevação do montante de recursos oriundos de elevação de alíquotas e/ou ampliação da base de cálculo de tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos arts. 158 da Constituição Federal.

2 - No lado da despesa, o Estado está desenvolvendo, desde de 2004, um vigoroso programa de racionalização dos gastos correntes. Dentre as medidas, destacam-se:

- Aquisição de Combustível - Base Corporativa e Cartão Eletrônico;
- Mão-de-Obra Administrativa - Contratação Corporativa;
- Telefonia - Contratação Corporativa;
- Vigilância Integrada - Contratação Corporativa;
- Medicamentos - Contratação Corporativa;
- Passagens Aéreas - Contratação Corporativa;
- Energia Elétrica - Implantação de equipamentos para eliminar a Energia Reativa;
- Veículos - Centralização da gestão e terceirização da frota do Centro Administrativo do Cambéba.

Espera-se, até 2006, alcançar uma economia permanente de despesa da ordem de R\$ 44,2 milhões.